

AGÊNCIA BRASILEIRA DE APOIO À GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SEPN CRN 514, Bloco D, - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70760-544
- <http://www.agenciasus.org.br>

CONTRATO Nº 919/2026

Processo nº AGSUS.020988/2026-71

**CONTRATO, QUE FAZEM ENTRE SI A
AGÊNCIA BRASILEIRA DE APOIO À
GESTÃO DO SUS (AGSUS) E A DWG
TOPOGRAFIA E CONSTRUCAO LTDA**

I. AGÊNCIA BRASILEIRA DE APOIO À GESTÃO DO SUS – AgSUS, nos termos da Lei nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019, com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.621, de 14 de julho de 2023, e regulamentada pelo Decreto nº 11.790, de 20 de novembro de 2023, serviço social autônomo, constituído sob a forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede em Brasília/DF, inscrita no **CNPJ sob o nº 37.318.510/0001-11**, neste ato representada por seu Diretor de Operações, WILLIAMES PIMENTEL DE OLIVEIRA, designado por meio da Designação nº 32/2025/PRES/AgSUS, pelo Diretor-Presidente ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO, doravante denominada **CONTRATANTE**;

II. DWG TOPOGRAFIA E CONSTRUCAO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 40.306.256/0001-46, com sede na Rua Sardinha, nº 66 - Santa Tereza - Boa Vista - RR - CEP: 69.314-117, neste ato representado por seu representante legal, Rodrigo Freitas de Carvalho, CPF sob o nº [REDACTED], doravante designada como **CONTRATADA**.

RESOLVEM, de comum acordo, e na melhor forma de direito, celebrar o presente Contrato, decorrente da Cotação de Preços, em conformidade com as disposições da Resolução CDA nº 23, de 16 de junho de 2025, especificamente o art. 8º, incisos II e III, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de 3 (três) veículos automotores do tipo pick-up, cabine dupla e tração 4x4, sem motorista e sem fornecimento de combustível, com quilometragem livre, em regime semestral, incluindo manutenção preventiva e corretiva, assistência mecânica, reboque, serviços de borracharia e limpeza, seguro total e disponibilização de veículo reserva, destinados ao apoio e à continuidade das ações do Projeto Saúde nas Fronteiras nos municípios de Boa Vista e Pacaraima/RR, no âmbito da Ação 3 do Plano de Ação contido no Programa de Trabalho para a Atenção Primária à Saúde do Contrato de Gestão nº 02/2024, firmado entre o Ministério da Saúde e a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde –

AgSUS.

1.2. A Solicitação de Compra e/ou Serviço, a Proposta Comercial da CONTRATADA e os demais documentos e anexos vinculados ao processo em comento, fazem parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição, cujo teor as partes se obrigam e declaram ter pleno conhecimento.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O presente contrato terá vigência de 6 (seis) meses, contados a partir da assinatura deste.

2.2. O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo ou de apostilamento, conforme conveniência da CONTRATANTE e anuência da CONTRATADA, em consonância com o Art. 66 e seguintes do Regulamento de Compras.

2.3. Excepcionalmente, a CONTRATANTE poderá reduzir ou ajustar o prazo de vigência contratual, mediante justificativa formal fundada em superveniente interesse institucional, na necessidade de readequação da política pública ou na alteração da estratégia assistencial, mediante aviso prévio, por escrito, à Contratada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ 22.334,97 (vinte e dois mil trezentos e trinta e quatro reais e noventa e sete centavos)**.

3.2. O valor global estimado para o período de 6 (seis) meses é de **R\$ 134.009,82 (cento e trinta e quatro mil nove reais e oitenta e dois centavos)**, já incluas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à plena execução do objeto.

Nº	Descrição	Und de Medida	QTD	Valor Mensal Unitário	Valor Mensal (3 veículos)	VALOR TOTAL SEMESTRAL
1	VEÍCULO TIPO PICK UP - cabine dupla, 4 portas, capacidade para 5 ocupantes	UNIDADE	03	R\$ 7.445,99	R\$ 22.334,97	R\$ 134.009,82

3.3. Estão incluídos nos valores descritos no caput desta cláusula todos os custos, diretos e indiretos, envolvidos na execução dos serviços, tais como manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo substituição de peças, conforme plano do fabricante, seguros, frete, impostos, taxas, impostos dos veículos, seguro total durante a execução dos serviços, cobrindo colisão, roubo, furto, incêndio, responsabilidade civil, terceiros transportados, danos materiais e corporais, tributos, incidências fiscais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, salários, despesas operacionais e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA- LOCAL E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

4.1. Os veículos deverão ser entregues e permanecer à disposição da CONTRATANTE nos municípios de Boa Vista e Pacaraima, no Estado de Roraima, nos seguintes conforme quadro abaixo:

ITEM 1- VEÍCULO TIPO PICK UP	QUANTIDADE CONTRATADA
ENDEREÇO	QTD
SEMSA - Rua Maria dos Anjos P. Guerreiro, s/nº, Bairro Vila Nova, Pacaraima - RR, 69345-000	1 veículo em Pacaraima
Escritório Regional da AgSUS - R. Souza Júnior, 602 - Mecejana, Boa Vista - RR, 69304-552	2 veículos em Boa Vista

4.2. Em um primeiro momento da execução contratual, a CONTRATADA deverá disponibilizar 02 (dois) dos 03 (três) veículos previstos neste contrato, sendo 01 (um) veículo para atendimento das demandas em Pacaraima/RR e 01 (um) veículo para atendimento das demandas em Boa Vista/RR.

4.3. A disponibilização do terceiro veículo previsto no contrato ficará condicionada à necessidade operacional da CONTRATANTE e à efetiva contratação de motorista para condução do referido veículo. Para tanto, após a conclusão do processo seletivo e a efetiva contratação do profissional pela CONTRATANTE, esta poderá solicitar à CONTRATADA a disponibilização do terceiro veículo, observadas as condições e especificações estabelecidas neste contrato.

4.4. A solicitação e a disponibilização do terceiro veículo somente ocorrerão mediante manifestação expressa da CONTRATANTE, não constituindo a previsão contratual de 03 (três) veículos, por si só, obrigação de disponibilização imediata ou direito da CONTRATADA ao recebimento de valores referentes ao terceiro veículo enquanto não houver sua efetiva disponibilização e utilização, nos termos da necessidade operacional da CONTRATANTE.

4.5. A contratação será realizada sem motorista e sem fornecimento de combustível, com quilometragem diária e mensal livre.

4.6. O serviço deverá incluir manutenção preventiva e corretiva, revisões, substituição de peças, componentes e pneus, assistência mecânica, reboque 24 horas, serviços de borracharia, lavagem, limpeza interna, higienização, seguro total e disponibilização de veículo reserva.

4.7. **Condições do objeto:** a CONTRATADA será integralmente responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo revisões, mão de obra, fornecimento e substituição de peças, componentes, acessórios, fluidos e pneus, observando os prazos e as condições estabelecidas no plano de manutenção do fabricante.

4.8. A substituição dos pneus deverá ocorrer quando a espessura da banda de rodagem for inferior a 2 mm, bem como nos casos de desgaste anormal, perfuração, deformação, danos provocados pelas condições das vias ou qualquer outra situação que comprometa a circulação segura do veículo. Não será permitida a utilização de pneus recauchutados, recapados ou remoldados.

4.9. A CONTRATADA deverá disponibilizar assistência mecânica, serviço de borracharia e reboque durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, em todo o Estado de Roraima, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

4.10. Caso sejam identificadas falhas, defeitos ou outras condições que comprometam a segurança, o desempenho ou a disponibilidade do veículo, a CONTRATADA deverá providenciar sua substituição por outro com especificações iguais ou superiores, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, permanecendo o veículo reserva disponível até a completa solução do problema.

4.11. A CONTRATADA deverá realizar a lavagem, a limpeza interna e a higienização periódica dos veículos, mantendo-os em condições adequadas de conservação, higiene e utilização durante toda a execução contratual.

4.12. Os veículos deverão permanecer cobertos por seguro total durante todo o período contratual, incluindo cobertura contra colisão, incêndio, roubo, furto, danos materiais, danos corporais, responsabilidade civil, danos aos ocupantes e danos causados a terceiros, sem cobrança de franquia para a CONTRATANTE, exceto o sinistro seja causado por condutor da CONTRATANTE.

4.13. Todas as despesas relativas à documentação, ao emplacamento, ao licenciamento, aos tributos, ao seguro, à manutenção, às revisões, às peças, aos pneus, à assistência mecânica, ao reboque, à borracharia, à lavagem e à higienização serão de responsabilidade da CONTRATADA. O fornecimento de combustível, as despesas com estacionamento e pedágio e o pagamento das multas decorrentes de infrações cometidas pelos condutores indicados pela CONTRATANTE serão de responsabilidade da CONTRATANTE.

4.14. Os veículos deverão possuir documentação regular e atualizada e estar emplacados e licenciados no Estado de Roraima perante o Departamento Estadual de Trânsito de Roraima – DETRAN/RR. Deverão, ainda, manter suas características e cores originais de fábrica, não sendo permitida a utilização de marcas, logotipos, adesivos ou outros elementos que identifiquem a CONTRATADA, salvo quando previamente autorizado pela CONTRATANTE.

4.15. Os veículos deverão ser entregues devidamente licenciados, equipados e em plenas condições de segurança, conservação e funcionamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da assinatura do contrato, permanecendo à disposição da CONTRATANTE durante toda a vigência contratual.

4.16. A prestação dos serviços deverá ser iniciada com a maior brevidade possível, considerando a necessidade de assegurar a continuidade do apoio logístico às equipes itinerantes do Projeto Saúde nas Fronteiras.

4.17. Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias para a entrega dos veículos, será cobrada multa moratória diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato, devida a partir do primeiro dia útil subsequente ao vencimento do prazo, até o limite máximo de 10% (dez por cento) do valor global.

4.18. Procedimento de Vistorias e Termo de Recebimento (Vistoria de Entrada/Saída) e lavratura de **Laudo de Vistoria de Entrega/Devolução**, registrando a quilometragem, estado de conservação, acessórios existentes e eventuais avarias pré-existentes.

4.19. Entregar com tanque cheio e devolver com tanque cheio.

4.20. A contratação compreende a disponibilização de **3 (três) veículos automotores**, conforme quantitativo estabelecido na Cláusula Primeira e na Cláusula Terceira deste instrumento, não significando, contudo, que a CONTRATANTE esteja obrigada a promover a utilização simultânea ou imediata de todos os veículos durante toda a vigência contratual.

4.21. O pagamento será devido a partir da data de efetivo início da prestação dos serviços.

5. **CLÁUSULA QUINTA– DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1. O pagamento será realizado mensalmente, em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da nota fiscal correspondente ao período de prestação dos serviços, devidamente conferida e atestada pelo fiscal do contrato.

5.2. O pagamento será efetuado mediante transferência para conta bancária de titularidade da CONTRATADA, servindo o respectivo comprovante de transferência como comprovante de quitação.

6. **CLÁUSULA SEXTA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

6.1. Os recursos necessários de que trata este instrumento, possuem disponibilidade/adequação orçamentária e correrão à conta do Orçamento da CONTRATANTE conforme programação e destinação pela Unidade de Orçamento, classificada

como:

Centro de Custo	Plano Financeiro
8.1.01 - APS Atenção Primária à Saúde 8.1.01.03.01 - Promoção do acesso continuado à Atenção Primária à Saúde em áreas de vazios assistenciais e isolamento geográfico	2.1.1.04.010 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

7. CLÁUSULA SÉTIMA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

7.1.1. efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o prazo ora estabelecido.

7.1.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com a Solicitação de Compra e/ou Serviço, as cláusulas e condições contratuais e os termos de sua proposta.

7.1.3. expedir as comunicações dirigidas à CONTRATADA e exigir, a qualquer tempo, que seja entregue qualquer serviço do objeto contratual que julgar insuficiente, inadequado ou em desconformidade com o contratado.

7.1.4. exercer o acompanhamento e a fiscalização do objeto deste contrato, por funcionário ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.1.5. notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução deste Contrato, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

7.1.6. participar de forma ativa na supervisão, acompanhamento e controle de qualidade.

7.1.7. prestar todas as informações necessárias à CONTRATADA, pertinentes à execução do objeto do Contrato.

7.1.8. devolver com a devida justificativa qualquer item fora dos padrões e normas constantes neste Contrato.

7.1.9. indicar à CONTRATADA, formalmente por escrito, no prazo de até 3 (três) dias úteis, o Fiscal/Preposto designado para o acompanhamento da execução contratual, que ficará incumbido das tratativas entre as Partes.

7.1.10. arcar com despesas relativas à utilização dos veículos no período em que estiverem à disposição da Contratante, como combustível, estacionamento e pedágio.

7.1.11. abastecer o veículo somente com combustível compatível com o recomendado pelo fabricante, em postos regularmente credenciados pela ANP.

7.1.12. realizar o pagamento das multas decorrentes de infrações cometidas pelos condutores indicados pela CONTRATANTE.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir e fazer cumprir o disposto:

8.1.1. executar os serviços conforme o Termo de Referência e de sua proposta comercial.

8.1.2. deverá contratar seguro total para os carros locados, contra colisão, roubo, furto, incêndio, responsabilidade civil, cobertura de terceiros transportados, danos materiais e danos corporais.

- 8.1.3. será integralmente responsável pela imobilização dos veículos por acidente, legalização ou manutenção, devendo fornecer um veículo reserva com as mesmas especificações no prazo máximo de 24 horas, garantindo a continuidade do serviço.
- 8.1.4. deverá executar os serviços conforme as especificações contidas no Termo de Referência e de sua proposta, garantindo a alocação dos empregados necessários para o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, exceto motoristas, estacionamento, pedágios, lavagens, multas de trânsito e combustível que não estão inclusos.
- 8.1.5. deverá utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, segundo as normas e determinações em vigor.
- 8.1.6. reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os itens deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos serviços empregados.
- 8.1.7. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE, devendo ressarcir imediatamente à CONTRATANTE.
- 8.1.8. comunicar ao Fiscal/Preposto do Contrato, imediatamente, qualquer ocorrência anormal com relação à prestação dos serviços ou produto.
- 8.1.9. disponibilizar profissionais com qualificação técnica e treinamento adequado à plena execução do objeto do Contrato.
- 8.1.10. indicar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo de até 03 (três) dias, o Preposto ou pessoa responsável pelas tratativas entre a Contratante e a Contratada, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 8.1.11. assumir inteira responsabilidade pelos atos praticados por seus empregados, prepostos ou contratados quando na execução do contrato, obrigando-se a ressarcir eventuais danos ou prejuízos provocados por eles.
- 8.1.12. assumir, em relação a todos seus empregados, a exclusiva responsabilidade por toda a remuneração, bem como pelo cumprimento integral da legislação aplicável, em especial a trabalhista e previdenciária, além das demais obrigações legais decorrentes da relação de emprego.
- 8.1.13. vedar a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 8.1.14. assumir integral responsabilidade por eventuais multas fiscais decorrentes de imperfeições na execução ou atraso nos serviços contratados.
- 8.1.15. tomar as medidas corretivas cabíveis, tão logo seja notificada de alguma falha.
- 8.1.16. não transferir a terceiros, por qualquer forma, ainda que parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer serviço a qual está obrigada, por forma de contrato, sem prévia anuência da CONTRATANTE.
- 8.1.17. submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças, que fujam às especificações do escopo previamente pactuado.
- 8.1.18. manter durante toda a execução do Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para prestação dos serviços.
- 8.1.19. não veicular nenhuma publicidade acerca do contrato ou imagem da instituição, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE.

9. CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

- 9.1. Em caso de prorrogação do contrato, para a primeira aplicação do índice de

reajuste, considerar-se-á como marco inicial para a contagem do prazo de 12 (doze) meses, a data da proposta que subsidiou o valor do Contrato. Para as demais aplicações, a data de referência será a data do último reajuste.

9.2. Na ausência do índice IPCA e não havendo previsão legal quanto ao seu substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente

9.3. Os reajustes serão precedidos de solicitação expressa pela CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica/memória de cálculo, que comprove a variação dos custos.

9.4. Quando da solicitação, para fazer jus deste reajuste, somente poderá ser concedido mediante autorização por parte da CONTRATANTE, formalizado por meio de termo aditivo ou apostilamento.

9.5. Os reajustes a que a CONTRATADA não solicitar durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO CONTRATUAL

10.1. A forma de execução, condições gerais dos veículos locados, manutenção e assistência mecânica, seguros, responsabilidades da Contratada, critérios de aceitação do objeto, exigências, requisitos, atribuições, prazos, local de prestação dos serviços, observações e outros deverão estar em conformidade com a Solicitação de Compras e a proposta comercial da Contratada, que é parte integrante deste contrato.

10.2. Qualquer tratativa ou dúvida deverá ser direcionada aos Fiscais/Preposto de Contrato designados pela CONTRATANTE.

10.3. Qualquer ajuste ou alteração de datas ou cronograma de execução deverá ser acordado por escrito entre as Partes e autorizada pela CONTRATANTE.

10.4. Todas as comunicações referentes ao presente Contrato serão efetuadas por escrito, por meio de carta protocolada, correio ou correio eletrônico ("e-mail"), todos com aviso de recebimento.

10.5. Por determinação da CONTRATANTE, por meio de sua área técnica, a locação dos veículos será realizada sem motorista e sem fornecimento de combustível.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. Sem prejuízo da rescisão unilateral do presente Contrato, bem como da apuração das responsabilidades civis e penais cabíveis à CONTRATADA, nos casos de inexecução total ou parcial de suas obrigações, a CONTRATANTE poderá aplicar as penalidades previstas no Capítulo VIII do Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS, assegurado a ampla defesa e o contraditório.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA RESCISÃO

12.1. O inadimplemento total ou parcial injustificado, a execução deficiente, irregular ou inadequada na prestação dos serviços, ensejará a CONTRATANTE o direito à rescisão do contrato, sem prejuízo de outras penalidades previstas no Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS, em especial por:

12.1.1. o não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações e prazos.

- 12.1.2. subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial, sem prévia anuência ou autorização escrita da CONTRATANTE.
- 12.1.3. declaração de falência e recuperação judicial da CONTRATADA, assim como a instauração de insolvência civil ou dissolução da sociedade.
- 12.1.4. quebra do sigilo profissional.
- 12.1.5. utilização, em benefício próprio ou de terceiros, de informações não divulgadas ao público e às quais tenham acesso por força de suas atribuições contratuais, contrariando condições estabelecidas.
- 12.1.6. interrupção da prestação dos serviços, sem justa causa ou sem autorização da CONTRATANTE.
- 12.1.7. ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.
- 12.2. Com exceção do item anterior, as demais hipóteses deverão ser precedidas de notificação, na forma definida na Cláusula DAS PENALIDADES.
- 12.3. O presente instrumento poderá ainda ser rescindido a qualquer tempo pela AgSUS, com antecedência mínima de até 30 (trinta) dias, cabendo o pagamento do valor correspondente ao objeto já executado e ainda não remunerado.
- 12.4. Em caso de risco iminente, a CONTRATANTE poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, sem prévia manifestação da CONTRATADA.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO

- 13.1. As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e a Lei contra Lavagem de Dinheiro 9.613/1992, se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.
- 13.2. As Partes declaram que manterão até o final da vigência deste contrato conduta ética e máximo profissionalismo na execução do objeto do presente instrumento.
- 13.3. A CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato:
- 13.3.1. não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
- 13.3.2. adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados;
- 13.3.3. não empregar, direta ou mediante contrato de serviços ou qualquer outro instrumento, práticas de trabalho análogo ao escravo ou mão de obra infantil, exceto na condição de menor aprendiz, observadas as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho;
- 13.3.4. não utilizar práticas de discriminação negativa, e limitativas ao acesso na relação de emprego ou a sua manutenção, tais como, mas não se limitando a, motivos de: sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico;
- 13.3.5. obedecer e garantir que a prestação de serviços se dará de acordo com todas as normas internas da CONTRATANTE;

13.3.6. zelar pelo bom nome comercial da CONTRATANTE a abster-se ou omitir-se da prática de atos que possam prejudicar a reputação da CONTRATANTE. Em caso de uso indevido do nome da CONTRATANTE, ou de qualquer outro nome, marca, termo ou expressão vinculados direta ou indiretamente à CONTRATANTE, responderá a CONTRATADA pelas perdas e danos daí decorrentes;

13.3.7. participar de todos e quaisquer treinamentos eventualmente oferecidos pela CONTRATANTE que sejam relativos a qualquer aspecto que consta da lei anticorrupção ou políticas internas da CONTRATANTE, bem como aqueles relativos ao Código de Ética e Conduta desta <https://agenciasus.org.br/wp-content/uploads/2025/05/Resolucao-no-092024-de-2-de-julho-de-2024.pdf>; e

13.3.8. proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir e erradicar práticas danosas ao meio ambiente, executando seus serviços em observância à legislação vigente no que tange à Política Nacional do Meio Ambiente e dos Crimes Ambientais, bem como dos atos legais, normativos e administrativos relativos à área ambiental e correlatas, emanados das esferas Federal, Estaduais e Municipais.

13.4. A CONTRATADA declara que não esteve envolvida com qualquer alegação de crime de lavagem de dinheiro, delito financeiro, financiamento de atividades ilícitas ou atos contra a Administração Pública, corrupção, fraude em licitações ou suborno.

13.5. A CONTRATADA concorda em notificar prontamente à CONTRATANTE, caso tome conhecimento de que algum pagamento impróprio tenha sido realizado, direta ou indiretamente, por um de seus colaboradores ou terceiros por esta CONTRATADA.

13.6. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral motivada deste contrato, independentemente de qualquer notificação, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente e das demais penalidades previstas no presente instrumento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS E SIGILOSAS

14.1. Durante a vigência deste Contrato e pelo período adicional de 5 (cinco) anos após o seu término, à CONTRATADA se compromete a manter em segredo e sigilo e a não transmitir a ninguém as informações confidenciais que tomar conhecimento nem as que receber diretamente da CONTRATANTE, bem como a não usar as informações confidenciais para outra finalidade que não a mencionada no Objeto, sendo vedada a divulgação, distribuição ou disseminação a terceiros.

14.2. Define-se por “informações confidenciais” toda e qualquer informação revelada, fornecida ou comunicada, verbalmente ou por escrito, pela CONTRATANTE, com o propósito exclusivo para qual foram divulgadas tais como informações técnicas, financeiras, comerciais, modelos, nomes de clientes de fato ou potenciais, propostas, projetos, relatórios, planejamento, fatos, métodos operacionais, diagramas e planilhas, dados, análises, escritos, compilações, comparações, projeções, estudos ou toda e qualquer informação tangível ou intangível de natureza sigilosa, preparada ou usada pela CONTRATANTE, por seus sócios, associados, colaboradores, parceiros, prestadores de serviços ou empregados.

14.3. Na hipótese de a CONTRATANTE tolerar eventual descumprimento da obrigação e/ou disposições legais, não aplicando a CONTRATADA qualquer sanção, isso não constituirá inovação ou renúncia de direitos, nem precedentes a serem futuramente invocados pela CONTRATADA, sendo considerada tal tolerância como mera liberalidade.

14.4. Caso seja infringido o disposto na presente cláusula, a CONTRATANTE deverá comunicar previamente à CONTRATADA para prestar esclarecimentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Caso seja apurada a culpa da CONTRATADA, este(s) responderá(ão) pelas perdas e danos que o evento der causa.

- 14.5. As obrigações previstas nesta cláusula, não serão aplicadas às informações que:
- 14.5.1. por ocasião de sua revelação sejam comprovadamente de domínio público;
- 14.5.2. venham a se tornar de conhecimento público, através dos meios de comunicação, sem a participação da CONTRATADA;
- 14.5.3. ao tempo de sua revelação, já sejam, comprovadamente, de conhecimento da CONTRATADA e não tenham sido obtidas da CONTRATANTE, direta ou indiretamente; e
- 14.5.4. sejam obtidas legalmente de terceiros e sobre as quais nem a CONTRATADA, nem qualquer terceiro estejam obrigados a manter sigilo.
- 14.6. Fica estipulado que a CONTRATADA poderá revelar as informações sem o consentimento da CONTRATANTE, quando forem solicitadas por força de mandado judicial, válida, somente até a extensão de tais ordens, contanto que a CONTRATADA tenha notificado a existência de tal ordem, previamente e por escrito à CONTRATANTE, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.
- 14.7. As Partes informarão aos seus funcionários, prestadores de serviços e consultores que necessitam ter acesso às informações e conhecimentos que envolvem o objeto do Contrato, acerca das obrigações de sigilo assumidas, responsabilizar-se integralmente por eventuais infrações que estes possam cometer.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 15.1. A CONTRATADA, por si e por seus colaboradores, obriga-se, sempre que aplicável, a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos Dados da CONTRATANTE, o que inclui os Dados de terceiros a ela vinculados. a vigência deste Contrato e pelo período adicional de 5 (cinco) anos após o seu término, a manter em segredo e sigilo e a não transmitir a ninguém as informações confidenciais que tomar conhecimento nem as que receber diretamente da CONTRATANTE, bem como a não usar as informações confidenciais para outra finalidade que não a mencionada no objeto, sendo vedada a divulgação, distribuição ou disseminação a terceiros.
- 15.2. A CONTRATADA seguirá as instruções recebidas da CONTRATANTE em relação ao tratamento dos Dados Pessoais, além de observar e cumprir as normas legais vigentes aplicáveis, devendo a CONTRATADA garantir sua licitude e idoneidade, sob pena de arcar com as perdas e danos que eventualmente possa causar, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.
- 15.3. A CONTRATADA deverá corrigir, completar, excluir e/ou bloquear os Dados Pessoais, caso seja solicitado pela CONTRATANTE.
- 15.4. A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE sobre as reclamações e solicitações dos Titulares de Dados Pessoais (por exemplo, sobre a correção, exclusão, complementação e bloqueio de dados).
- 15.5. A CONTRATADA compromete-se a adotar medidas, ferramentas e tecnologias necessárias para garantir a segurança dos dados e cumprir com suas obrigações, sempre considerando o estado da técnica disponível.
- 15.6. A CONTRATADA deverá cumprir com os requisitos das medidas de segurança técnicas e organizacionais para garantir a confidencialidade, pseudonimização e a criptografia dos Dados Pessoais, inclusive no seu armazenamento e transmissão.
- 15.7. A CONTRATANTE terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a

conformidade da CONTRATADA com as obrigações de Proteção de Dados Pessoais, sem que isso implique em qualquer diminuição de responsabilidade que a CONTRATADA possui perante a Lei e este contrato.

15.8. A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE em até 48h (quarenta e oito) horas (i) de qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais; (ii) de qualquer descumprimento das obrigações contratuais relativas ao tratamento dos Dados Pessoais; (iii) de qualquer violação de segurança na CONTRATADA ou nos seus Suboperadores; (iv) de qualquer exposições ou ameaças em relação à conformidade com a proteção de Dados Pessoais; (v) ou em período menor, se necessário, de qualquer ordem de Tribunal, autoridade pública ou regulador competente.

15.9. Fica assegurado à CONTRATANTE, nos termos da lei, o direito de regresso em face da CONTRATADA diante de eventuais danos causados por esta, em decorrência do descumprimento das obrigações aqui assumidas em relação à Proteção dos Dados.

15.10. As Partes obrigam-se mutuamente a observar as leis, regulamentos e melhores práticas acerca da segurança, confidencialidade e proteção dos Dados Pessoais, em especial as disposições da Lei no 13.709/2018 – Lei Geral da Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”) para a proteção dos dados pessoais de pessoas físicas identificadas ou identificáveis (“Dados Pessoais”) e a preservação da privacidade dos respectivos titulares.

15.11. A CONTRATADA poderá solicitar, por escrito, autorização expressa da CONTRATANTE para subcontratar, total ou parcialmente, outras entidades para a execução dos serviços previstos neste contrato (“Subcontratados”). A autorização deverá ser anexada aos autos do processo e será concedida exclusivamente quando considerada estritamente necessária para o cumprimento das finalidades deste contrato, não gerando custos adicionais para a CONTRATANTE.

15.12. Os Subcontratados estarão igualmente sujeitos ao devido cumprimento das finalidades previstas neste contrato. A CONTRATADA será a única responsável pela sua escolha e pela atuação desses no presente contrato, obrigando-se a garantir que os Subcontratados cumprirão o disposto na LGPD e devendo tal obrigação constar nos contratos escritos que a CONTRATADA celebre com os Subcontratados.

15.13. A CONTRATADA será responsável pelos prejuízos e danos eventualmente causados à terceiros ou à CONTRATANTE, por ela ou pelos seus Subcontratados, conforme previsão dos arts. 12 e 14 do Código de Defesa do Consumidor, observados os limites previstos neste contrato.

15.14. A CONTRATANTE deverá emitir aceites individuais para que a CONTRATADA realize transferências internacionais de Dados Pessoais para a única e exclusiva intenção de cumprir com as finalidades previstas neste contrato, restando vedadas quaisquer transferências transfronteiriças que possuam finalidades distintas.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DO USO DAS MARCAS

16.1. Fica desde já convencionado entre as Partes que não poderão usar, autorizar o uso, sublicenciar ou de qualquer forma dispor das marcas como referência, sem o seu consentimento escrito; sendo que qualquer autorização recebida nesse sentido será entendida restritiva e exclusivamente para aquela finalidade determinada, no qual deverá estar expressa e anexada nos autos do processo.

16.2. O uso das marcas, mesmo que expressamente autorizadas pela CONTRATANTE, deverão respeitar os padrões pré-estabelecidos e o respectivo layout deverá ser previamente aprovado.

16.3. Com o término deste instrumento, por qualquer hipótese, a CONTRATADA deverá imediatamente, independente de qualquer aviso ou notificação, se abster de utilizar as marcas

ou quaisquer materiais licenciados que tenham sido autorizados em virtude deste instrumento.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

17.1. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais Fiscais/Preposto do contrato, representantes da CONTRATANTE, especialmente designados para este fim.

17.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.

17.3. Durante a execução do objeto, o Fiscal/Preposto deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

17.4. O Fiscal anotará em registro próprio (Relatório de Fiscalização), todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como determinar medidas necessárias ao fiel cumprimento do objeto do contrato, como a regularização das faltas, defeitos ou incorreções observadas.

17.5. Ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado à CONTRATANTE.

17.6. O fiscal deverá comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades verificadas na execução do contrato, assegurando-lhe prazo razoável para adoção das medidas corretivas necessárias.

17.7. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

17.8. O Fiscal/Preposto do Contrato informará ao gestor imediato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

17.9. Manter-se atualizado sobre todas as alterações do contrato sob sua gerência, inclusive dos termos aditivos e apostilamentos.

17.10. Realizar todas as tarefas relacionadas ao controle de prazos, acompanhamento de pagamento, verificação do cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e fundiárias (se for o caso), gestão de documentos, documentação relativa ao reajuste de preços, solicitação da formalização de termos aditivos e apostilamentos, e acompanhamento de garantias e glosas (se for o caso).

17.11. O Fiscal do Contrato comunicará ao gestor imediato, em tempo hábil, o término do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

17.12. O Fiscal poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

17.13. Realizar a aferição financeira, que deverá confrontar os preços e as quantidades constantes do recibo/nota fiscal/fatura/boleto com aqueles fixados no contrato, bem como as medições dos serviços nas datas estabelecidas, que devem ocorrer sempre antes de atestar o documento fiscal.

17.14. Observar e assegurar o cumprimento de todas as disposições aplicáveis previstas na Solicitação de Compra e/ou Serviço e em outros documentos relacionados que integram este

Contrato, bem como outras obrigações que sejam necessárias à fiel execução do objeto, ainda que não especificadas expressamente neste instrumento.

17.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

18.1. Este contrato não constituirá vínculo trabalhista de qualquer natureza, inclusive empregatício, entre os empregados ou outros colaboradores da CONTRATADA com a CONTRATANTE, sendo a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pelo pagamento dos encargos fiscais, comerciais, sociais, trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução contratual.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

19.1. As condições estipuladas neste Contrato, e seus anexos e documentos complementares, poderão ser alterados por intermédio de termo aditivo ou apostilamento, mediante proposição de qualquer uma das Partes consensuada entre elas.

19.2. A proposta de alteração, devidamente justificada, deverá ser apresentada por escrito, dentro da vigência do instrumento.

19.3. É vedado o aditamento do presente Contrato com o intuito de alterar o seu objeto, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente que o praticou.

19.4. As alterações deverão seguir o Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS (Resolução CDA nº 23, de 16 de junho de 2025), especialmente observados os artigos 62 e artigo 63.

19.5. Ressalvados os casos previstos no caput, e demonstrada a vantajosidade, os contratos poderão sofrer acréscimos ou supressões do valor inicialmente contratado, independente do percentual, com as devidas justificativas e comprovada a necessidade da Unidade Demandante, mediante autorização da Diretoria Executiva.

19.6. Considera-se realinhamento de preços os ajustes de vontades destinado a corrigir desequilíbrio econômico-financeiro, decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, que tenha tornado o contrato excessivamente oneroso para uma das partes, devendo ser precedido de solicitação, mediante apresentação dos fundamentos fáticos e jurídicos da pretensão e a prova dos efeitos do fato alegado na execução do objeto contratado.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

20.1. Os casos omissos serão dirimidos entre as Partes com base e aplicado, no que couber, o Regulamento de Compras e Contratações da CONTRATANTE e, supletivamente, as normas do Código Civil.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

As Partes elegem o foro do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

WILLIAMES PIMENTEL DE OLIVEIRA
Diretor de Operações - Contratante
Designação nº 32/2025/PRES/AGSUS

RODRIGO FREITAS DE CARVALHO
Representante Legal - Contratada



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO FREITAS DE CARVALHO**, **Usuário Externo**, em 18/09/2026, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Williames Pimentel De Oliveira**, **Diretor(a) de Operações**, em 18/09/2026, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

